



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

---

PROCESSO Nº 1006178-33.2017.4.01.3800  
APELAÇÃO CÍVEL (198)  
APELANTE: RAFAEL GIARDINI DE OLIVEIRA  
APELADO: UNIÃO FEDERAL  
RELATOR(A): CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

---



**Justiça Federal**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

APELAÇÃO CÍVEL (198) 1006178-33.2017.4.01.3800 - [Registro / Porte de arma de fogo]  
Nº na Origem 1006178-33.2017.4.01.3800  
Órgão Colegiado: 5ª Turma  
Distribuição: Gab. 14 - DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO  
Relator: Desembargador Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

---

**RELATÓRIO**

O Exmº Sr. Desembargador Federal **Carlos Augusto Pires Brandão** (Relator):

Trata-se de apelação interposta por RAFAEL GIARDINI DE OLIVEIRA em face de sentença que denegou a segurança pleiteada por entender que não existe direito subjetivo em favor dos Oficiais de Justiça para porte de armas.

Sustenta o apelante, em síntese, que exerce a função de Oficial de Justiça Avaliador e, no exercício de sua atividade, percorre locais perigosos que ameaçam sua integridade física. Alega que satisfaz todos os requisitos legais para a concessão do pedido.

Com contrarrazões.

O Ministério Público Federal opina, nesta instância, pelo provimento do recurso.

É o relatório.

---

**VOTO - VENCEDOR****Justiça Federal  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

---

APELAÇÃO CÍVEL (198) 1006178-33.2017.4.01.3800 - [Registro / Porte de arma de fogo]

Nº do processo na origem: 1006178-33.2017.4.01.3800

Órgão Colegiado::5ª Turma

Distribuição: Gab. 14 - DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

Relator: Desembargador Federal CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

---

**VOTO**

O Exmº Sr. Desembargador Federal **Carlos Augusto Pires Brandão** (Relator):

A autorização para a aquisição e porte de arma de fogo decorre de ato discricionário da Administração, devendo o postulante comprovar que preenche todos os requisitos legais, entre os quais se incluem a comprovação de idoneidade e a declaração devidamente fundamentada sobre a necessidade de afastamento da regra geral proibitiva presente no Estatuto do Desarmamento.

A interpretação da Lei 10.826/2003 evidencia a opção do legislador pela regra geral da proibição à aquisição e porte de armas de fogo no país, condicionando o afastamento dessa diretriz às situações excepcionais que expressamente previu e a outras que, com base no poder discricionário da administração, serão individualmente avaliadas segundo o regulamento expedido pelo Poder Executivo. O art. 10 da referida lei dispõe sobre os requisitos para a concessão do porte de arma, em caráter excepcional:

*Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.*

*§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:*

*I - demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;*

*II - atender as exigências previstas no art. 40 desta Lei (comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal; apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo);*

*III - apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.*

A Instrução Normativa n. 23/2005 – DG/DPF, que incluía no conceito de atividade profissional de risco aquela relacionada à execução de ordens judiciais, foi revogada pela Instrução Normativa n. 131/2018, agregando-se a exigência de comprovação de ameaça concreta e atual à integridade física do requerente como condição para o deferimento do pedido:

*Art. 34. Os integrantes dos órgãos, instituições e corporações previstos no art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, não contemplados com o porte funcional fora de serviço, poderão pleitear o porte de arma de fogo para defesa pessoal, **desde que comprovem ameaça concreta e atual à sua integridade física.***

*§ 1º A comprovação da capacidade técnica e da aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo poderão ser atestadas pela própria instituição, obedecendo o modelo do Anexo III.*

*§ 2º Para a concessão do porte de arma de fogo nos termos do caput será cobrada a taxa correspondente.*

Na hipótese, o impetrante não comprovou na estreita via do mandado de segurança a efetiva necessidade de uso da arma de fogo para o exercício de sua profissão. Ressalte-se que a decisão administrativa discricionária e fundamentada nas previsões legais não está eivada de qualquer ilegalidade, eis que a Administração tem o condão de impor requisitos e limites para a concessão do pedido, cujo deferimento tem caráter excepcional.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** à apelação, nos termos desta fundamentação.

É o voto.

---

**DEMAIS VOTOS**

---



**Justiça Federal  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

APELAÇÃO CÍVEL (198) 1006178-33.2017.4.01.3800

Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

APELANTE: RAFAEL GIARDINI DE OLIVEIRA

Advogado/Procurador: Advogado do(a) APELANTE: BRUNO BATISTA AGUIAR - MG120997-A

APELADO: UNIÃO FEDERAL

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR. PORTE DE ARMA DE FOGO. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO. IN 23/2005 DG/DPF REVOGADA. IN 131 EM VIGÊNCIA IMPÕE A COMPROVAÇÃO DE EFETIVA NECESSIDADE NÃO COMPROVADA NO CASO CONCRETO.

1. A autorização para a aquisição e porte de arma de fogo decorre de ato discricionário da Administração, devendo o postulante comprovar que preenche todos os requisitos legais, entre os quais se incluem a comprovação de idoneidade e a declaração devidamente fundamentada sobre a necessidade de afastamento da regra geral proibitiva presente no Estatuto do Desarmamento.

2. A Instrução Normativa n. 23/2005 – DG/DPF, que incluía no conceito de atividade profissional de risco aquela relacionada à execução de ordens judiciais, foi revogada pela Instrução Normativa n. 131/2018, agregando-se a exigência de comprovação de ameaça concreta e atual à integridade física do requerente como condição para o deferimento do pedido.

3. Na hipótese, o impetrante não comprovou na estreita via do mandado de segurança a efetiva necessidade de uso da arma de fogo para o exercício de sua profissão.

4. Apelação desprovida.

**ACÓRDÃO**

Decide a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do relator.

Brasília - DF, data do julgamento (conforme certidão).

**CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO**

Desembargador Federal - Relator

Assinado eletronicamente por: CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

27/08/2020 13:53:55

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 72329059



200827135354617000000

